

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000852-31.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Carlos Henrique Cicarelli Biasi**
 Requerido: **Claro S/A**

CARLOS HENRIQUE CICARELLI BIASI ajuizou ação contra **CLARO S/A**, pedindo a declaração de inexistência do débito lançado em seu nome, a exclusão da anotação em cadastro de devedores e a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais causados. Alegou, para tanto, que jamais contratou o serviço de telefonia que está gerando cobranças indevidas.

Deferiu-se a tutela de urgência, a fim de impor à ré que se abstenha de incluir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito ou, no caso de inclusão, que proceda ao cancelamento do cadastro.

Citada, a ré contestou os pedidos, aduzindo em preliminar a incorreção do valor dado à causa. No mérito, defendeu a legalidade da cobrança e a inexistência de dano moral indenizável.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

A ré foi intimada para esclarecer se pretendia a produção de prova pericial, porém quedou-se inerte.

Juntou-se aos autos o ofício da Boa Vista SCPC, sobrevindo manifestação do autor.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O valor dado à causa correspondeu exatamente à quantia pretendida pelo autor a título indenizatório, cumprindo, assim, o disposto no inciso V do art. 292 do Código de Processo Civil. Rejeito a preliminar arguida.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjst.jus.br

O autor negou a contratação do serviço prestado pela ré e contestou a assinatura atribuída à sua esposa no documento juntado às fl. 24.

Conforme dispõe o artigo 429, inciso II, do Código de Processo Civil, na hipótese de contestação da assinatura, incumbe à parte que produziu o documento o ônus da prova de sua autenticidade. Nesse sentido, já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: *"Tratando-se de contestação de assinatura, o ônus da prova da sua veracidade incumbe à parte que produziu o documento. A fé do documento particular cessa com a impugnação do pretense assinante, e a eficácia probatória do documento não se manifestará enquanto não comprovada a sua veracidade"* (REsp 908.728/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, j. 06/04/2010).

A ré foi intimada para esclarecer se pretendia a produção de prova pericial, porém ficou-se inerte, enfrentando, então, a consequência da omissão probatória, ou seja, tem-se por não provada a autenticidade da assinatura atribuída à esposa do autor e, em consequência, reconhece-se sua falsidade. Afastada a autenticidade da assinatura, de rigor declarar a inexistência da relação jurídica de débito e crédito entre as partes.

Ademais, não há qualquer indício concreto, veemente, de disponibilização de algum serviço para o autor, em seu endereço.

É objetiva a responsabilidade da ré, regradada no Código de Defesa do Consumidor, sem exclusão do dever de indenizar previsto no artigo 14, § 3º, inciso II, do mesmo diploma legal. Dessa forma, inexistindo contratação dos serviços prestados pela ré, a negativação do nome do autor foi indevida.

Entretanto, o pedido de indenização não deve prosperar.

Com efeito, o dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos em uma relação contratual não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *"Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo"* (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

Dessa forma, como não houve a inscrição do nome do autor em cadastro de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

devedores (fls. 117/118) ou qualquer forma de cobrança vexatória, vislumbro que os fatos ocorridos se consubstanciaram em meros aborrecimentos, longe de causarem ofensa a algum dos direitos da personalidade do autor. Esse é o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Consumidor. Ação de indenização por danos morais. Serviço de telefonia. Sentença de improcedência, ao fundamento de que a autora não comprovou que seu nome foi efetivamente inscrito nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. Pretensão à reforma. Impossibilidade. Conjunto probatório, aliado às alegações da autora, que não amparam sua pretensão, pois não há prova nos autos de que seu nome tenha sido inscrito em razão de débito precedentemente reconhecido inexigível por sentença transitada em julgado. Danos morais não comprovados. RECURSO DESPROVIDO." (Apelação nº 0008219-14.2012.8.26.0541, 27ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mourão Neto, j. 28.07.2015).

"DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – COBRANÇA INDEVIDA – PRETENSÃO DE CONDENÇÃO À INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS - AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO À INTIMIDADE DA VÍTIMA OU PUBLICIDADE DE FATO DESABONADOR – DESCABIMENTO – Ainda que a cobrança de dívida paga ou inexistente seja reprovável e deva ser reprimida, esse fato, isoladamente, não resulta em dano moral, se o fato não resultar em publicidade negativa à reputação da vítima, ou não houver excesso no ato do fornecedor de serviço, que resulte em constrangimento que exceda os limites do mero aborrecimento cotidiano – Dano moral incabível no caso. Recurso desprovido." (Apelação nº 4020781-70.2013.8.26.0114, 11ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Walter Fonseca, j. 18/05/2017).

"Declaratória c.c. Indenização - Inexistência de anotação nos órgãos de proteção ao crédito – O envio de cobrança indevida, por si só, não é capaz de caracterizar abalo moral – Sentença que julgou parcialmente procedente a ação se mostra correta e deve ser mantida – Recurso improvido." (Apelação nº 1000830-41.2016.8.26.0081, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Souza Lopes, j. 22/03/2017).

Diante do exposto, **acolho em parte os pedidos** para declarar a inexistência da relação jurídica de débito e crédito entre o autor e a ré, no tocante à cobrança dos serviços alusivos ao contrato nº 053005050150, e determinar o cancelamento das anotações em cadastro de devedores, confirmando-se a tutela de urgência concedida ao início da lide.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Rejeito o pedido de indenização por danos morais.

Condeno a ré ao pagamento de 2/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Condeno o autor ao pagamento de 1/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da ré fixados em 10% do valor atualizado do pedido indenizatório rejeitado.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 11 de maio de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**